

ANÁLISE DO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADA NOS ANAIS DOS ENAPGS

AN ANALYSIS OF THE FIELD OF PUBLIC ADMINISTRATION BASED ON THE SCIENTIFIC PRODUCTION RELEASED IN THE PROCEEDINGS OF THE ENAPGS

RESUMO

Este artigo realiza uma análise do campo da Administração Pública utilizando a produção científica publicada nos anais dos EnAPGs, explicando o que ela traduz e indica a respeito do campo. Foram inicialmente levantados todos os artigos publicados nos EnAPGs realizados em 2004, 2006, 2008 e 2010, ou seja, 576 artigos, que foram, em seguida, classificados nos oito temas de interesse indicados pela Divisão de Administração Pública. Procedeu-se à análise desses artigos, confirmando a sua aderência ao tema ou redirecionando-o para outro tema com o qual tivesse maior proximidade. Os resultados mostram uma variedade de assuntos abordados, mas indicam que essa produção não parece se desenvolver de modo contínuo e sistemático sobre determinados conceitos, recortes teóricos ou objetos de pesquisa. Indicam a ausência de discussão e aprofundamento teóricos mais efetivos, lançando uma preocupação sobre o futuro do campo, pois as discussões realizadas nos trabalhos analisados parecem não contribuir para o seu fortalecimento, ao contrário, tornam-no frágil, indefinido e dependente de outros campos.

PALAVRAS-CHAVE Administração Pública, produção científica, pesquisa em Administração Pública, análise do campo, EnAPG

Élvia Fadul elvia@unifacs.br

Professora titular e pesquisadora da Universidade Salvador (Unifacs), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração Doutora em Urbanismo pela Université Paris XII, Institut d'Urbanisme de Paris; mestre em Administração e graduada em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia

Lindomar Pinto da Silva ipsilva@sefaz.ba.gov.br

Auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e professor da Faculdade Anísio Teixeira Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia; mestre em Administração Estratégica, Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica do Salvador (Ucsal)

Lucas Santos Cerqueira lucasscerqueira@gmail.com ; lucas.cerqueira@unifacs.br

Professor e coordenador do Curso de MBA em Gestão Empresarial na União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime) / Bolsista DTI – II CNPq Mestre em Administração Estratégica pela Universidade Salvador, (Unifacs); graduado em Administração pela União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime)

Artigo submetido no dia 21.10.2011 e aprovado em 16.12.2011.

ABSTRACT This article presents an analysis of the field of Public Administration based on the scientific production released in the Proceedings of the EnAPGs, explaining what it shows and displays regarding the field. All articles published were initially raised in EnAPGs held in 2004, 2006, 2008 and 2010, that is, 576 articles, which were then classified into eight topics of interest shown by the Division of Public Administration. The analysis of these articles was carried out, confirming its closeness to the theme or redirecting it to a closer one. The results show a variety of covered subjects, but indicate that this production does not seem to develop continuously and systematically on certain concepts, theoretical framework or research subjects. They indicate the absence of theoretical discussion and more effective deepening, releasing a concern over the future of the field, since the discussions of the analyzed studies did not seem to contribute to their strengthening, on the contrary, they (have come to) make it fragile, uncertain and dependent on other fields.

KEYWORDS Public Administration, scientific production, research in Public Administration, field analysis, EnAPG.



Esta obra está submetida a uma licença Creative Commons

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a qualidade da produção científica brasileira no campo da Administração tem sido alvo de grande preocupação da academia e vem sendo recorrente nos últimos anos. Essa preocupação tem se refletido em diversos trabalhos apresentados em congressos da área e publicados em periódicos especializados de âmbito nacional, que realizam balanços, inventários, levantamentos, fazem avaliações da qualidade ou traçam o perfil da produção em determinada área. No entanto, apesar de se afirmar repetidamente que essa academia é “jovem” e que “está em desenvolvimento”, desse arsenal de artigos que promovem diagnoses sobre a área não se vislumbram ações mais efetivas e mais sistemáticas das organizações formadoras e disseminadoras dessa produção, nem esforços conjuntos que promovam o crescimento e o amadurecimento dessa academia. As iniciativas são isoladas, provindas de alguns pesquisadores que, entre todas as suas atividades, preservam momentos de reflexão para investir nessa discussão, quer seja do ponto de vista do ensino, da pesquisa ou da produção científica formalizada.

Essa constatação se aplica ao campo da Administração em geral, tanto para a área empresarial quanto para a área pública. Na Administração Pública, essa discussão acerca de a produção científica na área ser capaz ou não de fazer evoluir o campo e o conhecimento científico nele produzido já foi mais enfática em outros momentos, mas recentemente parece estar assumindo contornos cada vez menos definidos em prol de um mix de conceitos e de abordagens, de *locus* e *focus* que ganham corpo no imaginário dos alunos de mestrado e doutorado das universidades brasileiras.

Desde a criação dos cursos de administração no Brasil, nas décadas de 1950 e 60, que a administração pública, apesar de ser um curso que

historicamente precedeu o de administração de empresas na EBAP, é colocada em plano secundário com relação a esta, no interior dos próprios cursos e entre os próprios alunos das escolas de administração. Quando os alunos de administração podiam optar por uma ou por outra área, a administração de empresas era apresentada como a disciplina instrumental, pragmática, fundamentada pela técnica, voltada para a busca da eficiência, para os resultados, para os ganhos, para o sucesso. Já a administração pública era traduzida como uma disciplina “filosófica”, pouco prática, com foco em questões indefinidas, carente das técnicas, métodos e instrumentais que balizam a atuação dos administradores de empresas. Do mesmo modo, com relação às outras áreas nas quais se apoia, como a ciência política, a economia, o direito, a sociologia ou mesmo a filosofia, a Administração Pública também não se posiciona no mesmo patamar, em condição de igualdade.

Tratada durante muito tempo como um campo secundário dentro da Administração, quase foi levada à extinção. Modernamente, quando por razões mercadológicas as instituições de ensino superior passaram a tratar a Administração não como um campo ou uma disciplina unívoca, mas como “habilitações”, a administração pública perdeu completamente o seu status, passando a ser considerada como a única “habilitação aceita” pelo Conselho Nacional de Educação. Ou seja, falar em administração significa necessariamente falar em administração de empresas.

Desse modo, não apenas pelo tratamento marginal que a área recebe, mas também pelo entrelaçamento com diversas outras áreas, a Administração Pública enquanto campo de conhecimento torna-se permeável e permissiva, sendo invadida por qualquer produção científica que mencione o Estado, que trate vagamente da sociedade e até, mais modernamente, que aborde exclusivamente o mercado. Em outras palavras, todo e qualquer tema, mesmos aqueles cujos vínculos são tênues,

parece poder se reportar ao campo da Administração Pública.

Essa observação acerca da amplitude da área de Administração Pública parece se refletir, de forma evidente, nos Encontros da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa (EnAnpads), visto que, das onze divisões que estruturam a Anpad, a Divisão de Administração Pública, pelo menos no período de 2005 a 2008, foi a que recebeu maior quantidade de submissões de artigos para apresentação nos congressos. Esse fenômeno vai se reproduzir também no EnAPG, evento temático específico da área, bianual, já com quatro edições, em 2004, 2006, 2008 e 2010.

Esse fato pode sugerir algumas explicações: a primeira é que, como a área de administração de empresas na Anpad se estrutura em uma construção verticalizada e segmentada por especializações em várias divisões, e a de Administração Pública está toda concentrada em apenas uma única divisão, o volume de trabalhos nessa divisão tenderá a ser, necessariamente, maior do que o de qualquer das outras. A segunda é que, por falta de contornos específicos e de um delineamento mais claro do que seja a produção científica no campo da Administração Pública, a área, como um grande guarda-chuva, acolhe trabalhos de outros campos e da própria gestão empresarial, que muitas vezes tangenciam apenas superficialmente as temáticas da área pública. Em terceiro lugar, é possível que haja efetivamente a pressão de uma produção reprimida pela existência de poucos veículos de divulgação, que é descarregada nesta área.

Mas, o que define essa produção científica? O que se constitui a produção científica brasileira no campo da Administração Pública e quais são os principais parâmetros que a estruturam? O que revela essa produção em termos da sua pertinência, sua representatividade, sua contribuição para o desenvolvimento de pesquisas na área, e,

indo mais além, para a construção de um arcabouço teórico, conceitual e metodológico que dê sustentação à formação de um campo científico?

Este artigo nasce, assim, com essa preocupação, e tem como objetivos, de um lado, identificar, a partir dos Encontros de Administração Pública e Governança (EnAPGs), do que trata essa produção, como esses temas são apresentados, o que eles traduzem e indicam a respeito da área. Ao mesmo tempo, ao realizar uma leitura do que vem sendo produzido na área, busca verificar se essa produção, ao ser apresentada como a essência e a substância dos estudos da Administração Pública no país, tem sido capaz de construir conhecimentos científicos cumulativos que possam auxiliar o desenvolvimento desse campo.

Após o estabelecimento do propósito do trabalho nesta introdução, o artigo apresenta os esforços realizados por vários pesquisadores no sentido de evidenciar as fragilidades da área. Relata, em seguida, os procedimentos metodológicos que nortearam este estudo e apresenta um retrato da produção científica contida nos anais dos EnAPGs, procurando concluir com algumas respostas, mas, sobretudo, com várias questões que podem auxiliar o avanço dessas reflexões.

AS FRAGILIDADES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Ao começar a refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento da pesquisa para a elaboração deste artigo, um fato que chama a atenção é a quantidade de trabalhos relativamente recentes realizados sobre as várias disciplinas da Administração, com o objetivo de fazer uma avaliação crítica de artigos, de realizar um balanço das publicações ou traçar o perfil de uma área. São vários os estudos realizados dentro dessas propostas, como destaca Bertero (2004, p. 1), que

“se debruçaram sobre a produção própria e a de companheiros e de companheiras”.

A profusão de artigos com esse foco tem se multiplicado na última década, nas várias áreas da Administração, utilizando em geral, para essas pesquisas, os artigos publicados nos anais dos congressos, tanto dos EnAnpads quanto daqueles eventos temáticos realizados pela Anpad, específicos de cada área. Outra fonte para elaboração deste tipo de artigo são os principais periódicos nacionais especializados e reconhecidos no campo da Administração, quais sejam: *RAC*, *RAE*, *RAP*, *RAUSP*, *RBMEC*, *Cadernos EBAPE*, *O&S*.

Assim, encontram-se em vários veículos de divulgação, e algumas vezes publicados em dois veículos, trabalhos que realizam inventários de levantamento das pesquisas empíricas, levantamentos dos artigos publicados, balanços da produção acadêmica, os quais procuram apresentar um quadro geral da produção, mostrar a evolução da pesquisa científica ou mesmo traçar o perfil da pesquisa em determinada área. Há, inclusive, um trabalho de cunho diferenciado, que se distingue desse conjunto, pois se propõe a sintetizar elementos e critérios para a avaliação de pesquisas em si e construir um modelo de guia (HOPPEN, LAPOINTE e MOREAU, 1997).

Praticamente, todas as áreas já foram contempladas com algum tipo de trabalho com essas características e objetivos. Encontram-se hoje publicados artigos em Administração de Empresas e nas áreas de Organizações, Estratégia, Marketing, Finanças, Recursos Humanos, inclusive com destaque para o estudo da cultura em Organizações Públicas, Sistemas de Informação, Contabilidade, Gerência de Operações, Ciência e Tecnologia e, por certo, a Administração Pública também vem sendo objeto desse tipo de estudo.

Em Administração Pública, Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2006) realizaram uma pesquisa procurando apresentar um quadro geral da produção na área de *administração pública*

e *gestão social* da Anpad, com base em 549 artigos publicados nos anais dos EnAnpads (2000-2005). Neste trabalho, os autores fazem um inventário dos vários artigos temáticos sobre outras áreas e justificam a realização da sua pesquisa pela quantidade reduzida de trabalhos que avaliem a situação da produção científica na comunidade acadêmica brasileira dedicada à *administração pública e gestão social*. O inventário inicial feito pelos autores é bastante abrangente, resgatando inclusive trabalhos desde 1990 até 2006, situando em Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990) o início desse esforço de avaliar a produção científica brasileira em Administração.

No intuito de verificar a orientação dos artigos publicados dentro dessa proposta e o que eles poderiam revelar que auxiliasse o encaminhamento da discussão no campo da Administração Pública, foram identificados e relacionados vários desses trabalhos inventariantes, mas obviamente nem todos foram analisados. Apenas alguns são aqui destacados e registrados, ressaltando-se o seu objetivo central, mas, sobretudo, por se tratarem de estudos exaustivos, procurando identificar a avaliação que os autores fizeram acerca da qualidade do conjunto dessa produção.

Tratou-se, aqui, dos estudos de Perin *et al.* (2002), que realizam um levantamento das pesquisas empíricas tipo *survey* publicadas na década de 1990, nos anais dos EnAnpads, na área de Marketing; de Sampaio e Perin (2006) que apresentam um levantamento dos artigos publicados no I EMA e em 16 EnANPADs também na área de Marketing; de Leal, Oliveira e Soluri (2003), que procuram traçar o perfil da pesquisa em finanças a partir de artigos publicados entre 1974 e 2001 em periódicos nacionais especializados (*RAC*, *RAE*, *RAUSP*, *RBMEC*), além de artigos dos anais dos EnAnpads; de Camargos, Coutinho e Amaral (2005), ainda na área de Finanças, que discutem a produção científica a partir dos anais dos EnAnpads (2000-2004); de Tonelli, Caldas e

Lacombe (2003), que também fazem um balanço da produção acadêmica em Recursos Humanos na década de 1990, publicada nos principais periódicos científicos brasileiros (*RAUSP*, *RAP*, *RAE* e *RAC*), e outros, publicados nos anais dos EnAnpads da mesma época; de Arkader (2003), que acompanha a evolução da pesquisa científica em Gerência de Operações, também utilizando os anais dos EnAnpads e os periódicos *RAC*, *RAE*, *RAUSP*; de Silva e Fadul (2010), que analisam a produção científica sobre cultura organizacional em organizações públicas de 1997 a 2007, por meio de artigos publicados em nove dos periódicos brasileiros mais conhecidos na comunidade acadêmica (*RAUSP*, *RAE-eletrônica*, *O&S*, *RAP*, *RAC*, *RAC-eletrônica*, *BAR*, *Cadernos EBAPE* e *RAE*) e nos encontros promovidos pela Anpad nesse período; e, finalmente, de Hoppen, Lapointe e Moreau (1997), já mencionados, por se distinguirem com uma proposta diferenciada.

Da leitura desses artigos, o que se infere é um panorama mais do que inquietante ou preocupante. O quadro que se delineia parece ser no mínimo desanimador. Pelos autores analisados, é possível afirmar que há consenso acerca do estágio de desenvolvimento do campo da Administração, e também da Administração Pública, além da escassez de reflexões teóricas que permitam o seu avanço. A grande maioria desses artigos de alguma forma aponta, sistematicamente, dificuldades teóricas, conceituais, metodológicas nos trabalhos inventariados, em praticamente todas as áreas.

Sem pretender fazer uma avaliação mais aprofundada da qualidade e do alcance desses trabalhos inventariantes, observa-se, contudo, na maior parte deles, que tendem a medir quantitativamente as pesquisas, agrupando-as por categorias relativas ao número de autores por artigo, à vinculação institucional e região/estado de origem dos autores; proporção de trabalhos teóricos e empíricos; método e estratégia de pesquisa; em

que língua o artigo foi publicado; origem da bibliografia consultada. Assim sendo, os trabalhos trazem resultados sobre se a quantidade de artigos nessa área vem crescendo; quais são os estados que apresentam maior quantidade de publicações; sobre a média de autores por artigo; se os trabalhos se enquadram como teórico-empírico; quantos deles utilizam método qualitativo ou quantitativo; que tipo de metodologia ou abordagem adotam. São, de fato, conclusões interessantes, sobretudo para as tomadas de decisão quanto ao financiamento de pesquisas ou ao desenvolvimento de áreas ou temas relevantes, e para a redução de desigualdades regionais, entre outras. No entanto, não parecem ajudar a ultrapassar as barreiras que, segundo Roesch (2005), mantêm limitado o desempenho da produção científica no Brasil.

Contudo, dos trabalhos examinados, ressalva deve ser feita aos artigos de Tonelli, Caldas e Lacombe (2003), e Arkader (2003). Os primeiros autores não apenas apresentam um retrato da área de recursos humanos, mas também avançam em discussões sobre o escopo temático das pesquisas, suas bases epistemológicas e metodológicas, seu rigor científico, sua consistência e qualidade, concluindo sobre as possibilidades de superação de lacunas e aprimoramento dos trabalhos na área. A outra autora apresenta o panorama da área de gerência de operações, concluindo sobre a importância reduzida que as escolas de negócios dão a essa área, sobretudo no nível de doutorado. Discute os temas abordados e tece considerações sobre a solidez metodológica da produção, para finalizar refletindo sobre a própria identidade da área, que nasce marcada pela engenharia.

De qualquer sorte, quase todos esses autores citados, pelo menos aqueles que avançam em considerações qualitativas a respeito da produção examinada, concluem que, apesar de a produção nas diversas áreas estar aumentando em quantidade, há fragilidades e limitações que se revelam

na forte tendência à utilização de estudos de caso; na predominância de estudos empíricos e poucos avanços teóricos; em pesquisas de natureza descritiva e pouco analítica, entre outros aspectos. Bertero, Caldas e Wood Jr. (2005, p. 1) confirmam essa percepção e chegam a ser contundentes quando afirmam que “questão permanentemente inquietante em Administração é a sua fragilidade como área de conhecimento”, seguidos por Roesch (2005, p. 165), na mesma obra, que conclui que “desenvolvemos pesquisas insuficientemente delineadas, metodologicamente confusas, e com pouco manuseio de dados empíricos”.

Por essas razões, e considerando-se os objetivos deste trabalho, pareceu mais pertinente, nessa primeira aproximação, desenvolver um estudo de natureza qualitativa, organizando os trabalhos por temas de interesse e utilizando-os, em seguida, como categorias de análise, de modo a também poder refletir sobre a própria identidade da área e os seus rumos. Os procedimentos adotados para a realização do estudo serão, a seguir, explicados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um trabalho que pode ser classificado como descritivo. A base de dados da pesquisa foi constituída de todos os artigos publicados nos anais dos quatro Encontros de Administração Pública e Governança (EnAPGs), realizados nos anos de 2004, 2006, 2008 e 2010 (Anpad, 2004, 2006, 2008, 2010). Foram encontrados 576, sendo 107 apresentados em 2004, 146 apresentados em 2006, 176 apresentados em 2008 e 147 apresentados em 2010.

A escolha dos trabalhos publicados nos anais desses encontros ocorreu por considerar-se que, sendo esse um evento específico da área de Administração Pública e apenas dessa área, congre-

garia unicamente trabalhos com temáticas neste campo, devendo retratar o quadro geral mais purificado do que a academia está produzindo no período. Considerando a quantidade de trabalhos submetidos nesses quatro eventos, ou seja, 1.856 trabalhos, é lícito supor que a produção incluída nesses anais é a consubstanciação do pensamento da comunidade acadêmica brasileira nessa área. O segundo critério utilizado para essa escolha baseou-se no fato de já existir um trabalho que levantou os artigos nessa área publicados nos EnAnpads de 2000 a 2005 (HOCAYEN-DASILVA, ROSSONI e FERREIRA JÚNIOR, 2006). O terceiro critério partiu da convicção de que os congressos da área têm uma abrangência e um volume de submissão e publicação muito maiores do que os periódicos. E, finalmente, pela constatação de que, na sua grande maioria, os artigos publicados nos principais periódicos nacionais especializados já foram apresentados nesses ou em outros congressos, nacionais e internacionais.

Até o ano de 2009, essa divisão era denominada Divisão de Administração Pública e Gestão Social (APS), sendo subdividida em três áreas temáticas: Estado, Administração Pública e Sociedade Civil (APS-A); Gestão e Políticas Públicas (APS-B); Gestão Social e Ambiental, (APS-C). Os EnAnpads não eram organizados por temas de interesse, mas a partir dessas áreas temáticas, que de alguma forma se confundiam e se superpunham, além de abrigar, sobretudo a APS-C, trabalhos nitidamente voltados para o setor empresarial.

Já na chamada de trabalhos dos EnAPGs, essas áreas temáticas não eram as bases estruturantes da organização do evento. Havia uma lista ampla de temas ou subtemas que eram apenas indicativos de possibilidades para orientar os autores no encaminhamento dos artigos. Além do mais, de um EnAPG para outro, alguns temas se repetiam, mas outros eram retirados e novos temas eram incorporados. Essa situação impossibilitou a construção de categorias para a classificação e análise

desses artigos utilizando as temáticas indicadas nas chamadas desses eventos.

Por essa razão, para a classificação e organi-

zação desses artigos dos três primeiros EnAPGs foram utilizados os oito temas de interesse indicados pela Divisão de Administração Pública da

Quadro 1 – Tema de interesse: Divisão de Administração Pública

TEMAS	DESCRITORES
Tema 1 – Estado e sociedade: estrutura, relações e poder	Estuda as diversas configurações assumidas pelo Estado e as transformações das suas estruturas a partir de crises e reformas. Contempla estudos acerca das relações entre Estado e sociedade, dos atores e processos envolvidos nessas relações.
Tema 2 – Políticas públicas e sociais	Definição da agenda, formulação, análise, implementação e avaliação de políticas públicas e de programas governamentais.
Tema 3 – Gestão de serviços públicos e novos arranjos institucionais	Ação do governo na gestão de serviços públicos econômicos e da infraestrutura, e em setores específicos, tais como energia, transportes, recursos hídricos, saneamento, telecomunicações, saúde, educação, segurança pública. Processos de desestatização, privatização, desregulamentação, internacionalização e regulação. Agências reguladoras. Organizações sociais, contratos de gestão, consórcios, terceirização, concessões, permissões, autorizações, relação público/privado, parcerias público-privadas.
Tema 4 – Governo e relações intergovernamentais	Relações entre governo, sociedade e instituições. Governabilidade, governança, federalismo, descentralização, participação e capital social.
Tema 5 – Transparência, controle, accountability e responsabilidade fiscal	Inclui estudos sobre formas, mecanismos e políticas relacionadas com transparência, controle (interno e externo) e registro da ação pública e governamental.
Tema 6 – Organizações públicas e as funções gerenciais	Estudos que tratam das dimensões intraorganizacionais de organizações públicas. Instrumentos de gestão pública. Políticas e gestão de pessoas. Avaliação de desempenho de organizações e de servidores. Liderança. Clima organizacional, cultura, estratégia e poder. Modernização de estruturas e de procedimentos. Inovação em gestão pública. Avaliação de resultados. Governo eletrônico. Orçamento e finanças públicas.
Tema 7 – Estudos comparados e história da Administração Pública	Estudos comparados da administração pública e que resgatem teórica, histórica e empiricamente a sua formação no Estado brasileiro. Estudos que promovam a avaliação da produção científica na área de Administração Pública e a construção de agendas de pesquisa para o campo.
Tema 8 – Bases teóricas, metodológicas e abordagens interpretativas da Administração Pública	Trabalhos que visem o conhecimento, delineamento e desenvolvimento da administração pública, tratando de seus fundamentos teóricos e perspectivas metodológicas. Estudos sobre a burocracia no setor público. Principais abordagens interpretativas tais como gerencialismo, (neo)institucionalismo, regulacionismo, teoria da escolha pública. Paradigmas e modelos de gestão pública.
Outros	Assuntos pertinentes à Divisão não contemplados nos temas especificados
Não pertencem à área	Assuntos que não têm relação com o campo da Administração Pública

Fonte: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=544&cod_evento_edicao=53 (Adaptado pelos autores).

Anpad na estruturação do EnAnpad 2010, dentro da nova configuração da associação, por considerá-los representativos e suficientemente abrangentes, contemplando os conceitos e dimensões relacionados aos grandes eixos de estudo nesse campo. Na chamada de trabalhos para o EnAPG, já foi utilizada a nova estruturação, e os autores já enviaram seus trabalhos procurando adequá-los aos temas de interesse descritos.

Verificou-se, então, apesar da amplitude e abrangência dos temas relacionados, que procuraram cobrir toda a área da Administração Pública enquanto campo de conhecimento, a possibilidade de existirem artigos que efetivamente se adequavam à área, mas que não podiam ser enquadrados em qualquer dos oito temas listados. Para esses, criou-se a categoria “Outros”. Por fim, os artigos que não tinham, nem tangencialmente, nenhuma relação com o campo da Administração Pública foram considerados “Não pertencentes à área”. No Quadro 1, a seguir, encontram-se relacionados os temas a partir dos quais os artigos foram classificados, com os seus respectivos descritores.

Após a classificação dos artigos nos oito temas, procedeu-se à sua análise mais detalhada, confirmando a sua aderência ao tema, ou redirecionando-o para outro tema com o qual tivesse maior proximidade. Essa categorização foi realizada observando-se o objetivo primordial do artigo indicado ou não pelo autor. A partir dessa organização, procedeu-se a um desdobramento analítico, construindo-se uma segunda classificação a partir da identificação do campo empírico estudado, destacando-se subtemas dentro de cada um dos grandes temas.

Nessa etapa, a maior dificuldade foi adequar alguns dos artigos aos temas inicialmente propostos, quer seja por falta de clareza ou por indefinição dos próprios autores quanto ao propósito central do seu trabalho, ou porque efetivamente o assunto não tinha, nem tangencialmente, nenhuma

relação com o campo da Administração Pública. São artigos que não tratam de nenhum dos temas listados do modo como indicam os descritores do evento e não têm aproximação alguma com a área, nem por seu objeto material, concreto, nem por suas abordagens e conceitos. O fato de mencionar, eventualmente, no texto do artigo, o setor público, as políticas públicas, o Estado, o governo ou qualquer outro termo relacionado com a área não significa, necessariamente, que o artigo possa ser enquadrado como uma produção científica nesse campo.

O QUE REVELA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENCONTRADA NOS ANAIS DOS ENAPGS

O EnAPG foi delineado a partir do 27º Congresso Nacional da Anpad, em 2003, quando ainda existiam as divisões acadêmicas de Políticas Públicas (POP) e Gestão Pública e Governança (GPG), tendo o primeiro evento ocorrido em 2004. A partir do primeiro encontro, o EnAPG 2004 (Rio de Janeiro), com 366 submissões, a quantidade de artigos recebidos cresceu ano a ano, igualando ou até ultrapassando as submissões aos EnAnpads. O EnAPG 2006 (São Paulo) recebeu 410 trabalhos, o EnAPG 2008 (Salvador) recebeu 571 trabalhos e o EnAPG 2010 (Vitória, do Espírito Santo) teve 509 submissões.

A Divisão de Administração Pública chegou a ser a maior da Anpad em termos de submissões de artigos durante alguns anos, publicando uma quantidade razoável de trabalhos, abrangendo áreas as mais diversas desse campo de conhecimento. A Tabela 1, a seguir, sumariza a distribuição dos trabalhos por temas de interesse nos quatro eventos, utilizando a relação de temas definidos pela Divisão, na qual foram incluídas, para fins deste artigo, as categorias “Outros” e “Não pertencem à área”.

Tabela 1 – Quantidade de artigos por tema: EnAPGs 2004, 2006, 2008, 2010

TEMAS	TÍTULOS DOS TEMAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Tema 1	Estado e sociedade: estrutura, relações e poder	22	3,82
Tema 2	Políticas públicas e sociais	149	25,87
Tema 3	Gestão de serviços públicos e novos arranjos institucionais	44	7,64
Tema 4	Governo e relações intergovernamentais	68	11,81
Tema 5	Transparência, controle, accountability e responsabilidade fiscal	26	4,51
Tema 6	Organizações públicas e as funções gerenciais	155	26,90
Tema 7	Estudos comparados e história da Administração Pública	21	3,65
Tema 8	Bases teóricas, metodológicas e abordagens interpretativas da Administração Pública	24	4,17
	Outros	20	3,47
	Não pertencem à área	47	8,16
	Total	576	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Uma rápida observação da Tabela 1 mostra que a grande ênfase dos trabalhos nesse campo tem ocorrido claramente em duas direções: no tema 6, “Organizações públicas e as funções gerenciais”, com estudos que tratam das dimensões intraorganizacionais de organizações públicas, com 26,90% dos artigos; e no tema 2, “Políticas públicas e sociais”, tema que trata da definição da agenda, formulação, análise, implementação e avaliação de políticas públicas e de programas governamentais, com 25,87% dos artigos. Os dois temas juntos contemplam mais da metade dos artigos publicados nos anais. É interessante notar que até o EnAPG de 2008 a maior quantidade de artigos era encontrada no tema de “Políticas públicas e sociais” e em segundo lugar ficava o tema que trata das “Organizações públicas e as

funções gerenciais”. Quando analisada e incluída a produção de 2010, essa relação se inverte. Vale salientar, no entanto, que ainda que a chamada de trabalhos deste ano tenha sido realizada a partir dos temas de interesse descritos no Quadro 1, muitos trabalhos não foram enviados para o tema adequado e ainda tiveram que ser reenquadrados para fins deste estudo.

O terceiro tema que tem proporcionado maior produção é o tema 4, “Governo e relações intergovernamentais”, que trata das relações entre governo, sociedade e instituições. governabilidade, governança, federalismo, descentralização, participação e capital social. Os demais temas se posicionam de forma muito tímida dentro do campo. Os artigos classificados no tema 7 e no tema 8, por exemplo, estudos históricos e comparados,

e bases teóricas e metodologias, respectivamente, são extremamente limitados em quantidade, como também pode ser visualizado nesta Tabela 1. Em contraponto, o que chama a atenção é a quantidade relativamente elevada de artigos que não conseguem ser classificados em nenhum dos temas por não terem aderência alguma ao campo, totalizando 47 artigos, e aqueles classificados como “Outros”, que, apesar de não poderem ser enquadrados nos temas propostos, guardam alguma proximidade, ainda que tênue, com a área de Administração Pública.

Analisando cada um dos temas de modo a verificar o que os trabalhos publicados traduzem e indicam a respeito da área e o que define essa produção científica, verificou-se inicialmente o que vem sendo abordado e discutido no tema 1, “Estado e sociedade: estrutura, relações e poder”. Este tema abriga discussões sobre as novas configurações assumidas pelo Estado, novos atores e processos que passam a determinar novas relações entre Estado, administração pública e a sociedade em razão das transformações das estruturas do Estado a partir de crises e reformas.

Este tema tem publicado trabalhos em quantidade pouco expressiva, que de uma parte estão focados nas estruturas e processos relativos ao Estado e às novas configurações assumidas a partir de reformas e em decorrência desses processos, com destaque para alguns artigos que tratam da nova Administração Pública. Os temas relacionados com processos de reforma do Estado foram muito abordados na segunda metade da década de 1990, quando vários países empreenderam suas reformas, seguidos pelo governo brasileiro, que iniciou o seu processo em 1995. Recentemente, artigos que tratem desses assuntos no âmbito nacional ou internacional tornaram-se mais escassos. Esse fato reforça e confirma a constatação de que a produção científica em Administração Pública acompanha ou se submete aos movimentos ocorridos no panorama público nacional,

articulando-se com a história de formação do setor público brasileiro. (FADUL, MAC-ALLISTER-DA-SILVA e SILVA, 2010).

De outra parte, os artigos neste tema tratam da relação entre o Estado e a sociedade, abordando, sobretudo, questões relativas à participação social, redes sociais e, mais recentemente, relativas à coprodução de bens e serviços públicos. Observando os trabalhos que são publicados como pertencentes a este tema nos anais do EnAPG 2010, verifica-se que o tema ainda recebe trabalhos que não têm aderência e que se adequariam melhor em outros temas. Ou seja, há ainda uma dificuldade de identificação, por parte dos autores, do que essencialmente este tema pode abrigar.

Já o tema 2, “Políticas públicas e sociais”, abriga artigos que tratam de definição da agenda, formulação, análise, implementação e avaliação de políticas públicas e de programas governamentais. Nesse tema é abordada uma variedade grande de assuntos, focando praticamente todos os aspectos da política pública, mas com maior ênfase nas políticas sociais, com praticamente um quarto do total de artigos publicados. Nesse aspecto, são tratados assuntos como assistência social, economia solidária, empreendedorismo social, responsabilidade social, combate a pobreza, programas sociais, erradicação do trabalho infantil, emprego e renda, direitos humanos. A gestão de políticas públicas de modo geral é o segundo assunto que tem sido mais privilegiado nesses artigos, enfocando o ciclo das políticas públicas, com maior ênfase nos processos de avaliação, seguidos dos de implementação, análise e formulação. Dentre a discussão de políticas setoriais, educação, saúde, política industrial, política de ciência, inovação e tecnologia, desenvolvimento territorial, regionalidade e desenvolvimento local são os subtemas sobre os quais os pesquisadores têm se debruçado com maior frequência. Outros estudos sobre políticas setoriais também podem ser encontrados, em menor quantidade, tratando de assuntos tais

como gestão ambiental, habitação, agricultura, cultura, turismo, comunicação e imprensa, segurança pública, política econômica, esporte e lazer, propriedade intelectual, política prisional.

Ressalta-se, aqui, mais uma vez, o desenvolvimento da produção científica da área atrelado às agendas de governo, ou uma preferência dos autores por temas que estão em moda. Em geral, os trabalhos neste tema retratam ações, em forma de programas, empreendidas pelos governos federal, estadual e municipal, apresentando-se os resultados que esses governos obtiveram relacionados àquela política. O objeto de pesquisa passa a ser o objeto material, ou o setor em si. Se grande parte dos artigos faz apenas uma leitura de ações do governo, nem sempre se vê a geração de novos conhecimentos teóricos específicos para o campo da Administração Pública a partir desses estudos. A ampliação do conhecimento empírico tem, sem dúvida, a sua importância, mas, ainda que se compreenda que a prática se antecipa à teoria, também se compreende que a pesquisa empírica necessita de bases teóricas.

O tema 3, “Gestão dos serviços públicos e novos arranjos institucionais”, abriga trabalhos cujo foco é a administração pública e seus estudos organizacionais, levando em conta aspectos teóricos e organizacionais externos à administração pública. São questões que discutem as novas formas de gestão dos serviços públicos a partir da reforma do Estado, das privatizações, da emergência do Estado regulador, quando surgiram novos arranjos institucionais, políticos e organizacionais do setor público e novos desenhos organizacionais na gestão pública, tais como consórcios, organizações sociais, parceria, terceirização, contratos de gestão entre outros. Neste tema encontram-se publicados alguns trabalhos que tratam de parcerias público-privadas, de privatizações, da regulação e de agências reguladoras, de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e suas relações com o Estado, e da gestão de serviços públicos

em setores específicos, tais como recursos hídricos, resíduos sólidos, transportes, correios, habitação, educação, saúde, defesa do consumidor.

Apesar de este tema ter recebido uma quantidade razoável de artigos (7,64%), verifica-se que, do mesmo modo que as discussões acerca da reforma do Estado tiveram o seu momento de efervescência, também as discussões sobre as privatizações, sobre a mudança do papel do Estado, que passou de executor de serviços públicos para regulador, sobre o avanço e o retrocesso das parcerias público-privadas ou acerca da própria gestão de serviços públicos de infraestrutura e sociais parecem ter perdido a sua centralidade. Não são realizadas avaliações, por exemplo, dos serviços após as privatizações, das suas vantagens e desvantagens para os cidadãos, para o mercado e para o Estado, ou ainda das possibilidades e limites do modelo regulatório brasileiro. Esses assuntos já não estão mais em evidência.

A proposta do tema 4, “Governo e relações intergovernamentais”, é de tratar de assuntos relativos ao federalismo e à descentralização, que discutam a ação coletiva, com temas que incluam a relação da sociedade com as instituições. Neste tema foram encontrados artigos abordando formas de participação, capital social e controle social, descentralização, relações entre governos local, metropolitano e regional, planejamento urbano e municipal. Este tema ainda mantém algum vigor, com 11,81% dos artigos publicados, resultantes das mudanças institucionalizadas no país a partir da democratização, da Constituição de 1988, dos processos de municipalização, descentralização, abertura democrática, participação social.

O tema 5, “Transparência, controle, *accountability*, responsabilidade fiscal”, não tem atraído muito a atenção da comunidade acadêmica. A produção neste tema é ainda muito pequena, apesar de tratar das questões aí abordadas com objetividade e pertinência, com trabalhos bastante focados na

essência do seu conteúdo. Caberia ampliá-lo com discussões que envolvem a corrupção tão em evidência nos dias atuais.

O tema 6, “Organizações públicas e as funções gerenciais”, trata da administração pública e seus estudos organizacionais, levando em conta aspectos teóricos e organizacionais internas às organizações públicas e questões intraorganizacionais. Grande parte dos estudos aí publicados neste tema lida com questões relativas a políticas e gestão de pessoas, clima e cultura organizacional, seguidos de trabalhos sobre orçamento e finanças públicas, estratégia organizacional e governo eletrônico. Avaliação de desempenho de organizações e de servidores e avaliação de resultados são assuntos também bastante abordados. Encontram-se ainda publicados neste tema alguns estudos sobre liderança, processo decisório, instrumentos de gestão pública, mudança organizacional, modernização de estruturas e de procedimentos.

Como já foi destacado, este tema revela uma grande preferência dos pesquisadores pela forte incidência de estudos voltados para as práticas gerenciais do setor público e relativos aos processos administrativos internos às organizações públicas. Nesses casos, muitas vezes as discussões são elaboradas a partir de teorias desenvolvidas em outros campos da gestão, principalmente no que se refere à gestão de recursos humanos, tomando-se a administração pública apenas como *locus* de aplicação do estudo. Em outras palavras, na sua grande maioria são trabalhos de caráter aplicado, que procuram verificar a utilização, também nas organizações públicas, de aspectos gerenciais e instrumentais desenvolvidos em outras áreas, sobretudo provenientes da administração de empresas, como se não houvesse diferenças entre esses dois setores (BOURGAULT, 2006). É o que Misoczky (2004, p. 2) denomina “colonização do campo da administração pública por valores e práticas da gestão empresarial”. Os autores utilizam as organizações públicas apenas

como *locus* da pesquisa, visto que o mesmo estudo poderia ser realizado em qualquer outro tipo de organização.

O tema 7, “Estudos comparados e história da Administração Pública”, e o tema 8, “Bases teóricas, metodológicas e abordagens interpretativas da Administração Pública”, são os dois temas que podem ser destacados desse conjunto como sendo essenciais para o campo da Administração Pública, os quais, juntos, poderiam auxiliar a delinear melhor este campo e trazer uma contribuição para o desenvolvimento de pesquisas na área, ou até auxiliando a construção de um arcabouço teórico, conceitual e metodológico que possa dar sustentação à formação de um campo científico.

O primeiro trata de estudos históricos e comparados da Administração Pública, que promovam avaliação da produção científica na área e que possibilitem a construção de agendas de pesquisa para o campo. O segundo complementa o primeiro com estudos sobre os seus fundamentos teóricos, suas bases metodológicas e principais abordagens interpretativas.

Considerando-se a importância das abordagens históricas e a necessidade de aprofundamento teórico nesse campo, os trabalhos apresentados nos temas 7 e 8 mostram que não tem havido muito esforço da comunidade de pesquisadores de Administração Pública nesse sentido, o que, em última análise, dificulta o avanço do próprio campo, além de torná-lo frágil. No tema 7, os estudos históricos são pontuais, resgatando muito pouco da formação do Estado brasileiro, e ainda não chegam a promover uma avaliação da produção científica na área em profundidade, nem apontam para a construção de agendas de pesquisa nesse campo.

Os estudos que poderiam aprofundar as bases teóricas e metodológicas da Administração Pública classificados no tema 8 são também em quantidade muito limitada, considerando o número de submissões totais e a quantidade de trabalhos

apresentados em cada um dos encontros. Em outras palavras, os trabalhos nesses dois temas, que poderiam impulsionar discussões para a consolidação da área e trazer uma contribuição teórica mais sólida, têm sido escassos. Se por um lado há um aspecto positivo no fato de o campo estar acompanhando os movimentos em seu contexto, tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal, essa tendência de caminhar reagindo apenas aos fatores externos cria uma dependência com relação aos movimentos e agendas dos governos e pode não estimular uma produção mais teórica e aprofundada no campo.

Por fim, nesta análise dos 576 trabalhos publicados nos Anais dos quatro EnAPGs realizados no período de 2004 a 2010, são encontrados artigos que foram classificados como “Outros” porque não puderam ser classificados em nenhum dos outros temas propostos, mas que, de alguma forma, apresentam alguma aderência ao campo, ainda que tênue. No último item dessa classificação, encontram-se, também, em grande proporção, artigos que não pertencem a este campo de estudos e pesquisas. O que chama a atenção, neste caso, apesar de ter sido feito um grande esforço no sentido de tentar enquadrá-los em um dos temas, ou, por outra, de considerá-los como pertinentes ao campo da Administração Pública, é a alta incidência desses trabalhos classificados como não pertencentes à área por não poderem ser inseridos em nenhum dos temas listados.

Nessa categoria foram arrolados artigos que tratam dos mais diversos assuntos, desde responsabilidade social corporativa, estratégias empresariais, aliança estratégica entre empresa de um cluster industrial, empreendedorismo, comprometimento, gestão de competências e internacionalização de ONGs, comportamento das empresas em busca de sucesso, até situações financeiras de clubes de futebol. Há inclusive um artigo no qual o próprio autor se considera ousado por tê-lo submetido ao fórum do EnAPG mesmo sa-

bendo que o seu artigo não tratava de questões relacionadas ao campo da Administração Pública. Não se trata aqui, evidentemente, de reduzir a importância ou o mérito desses trabalhos. Mencionam-se os assuntos sobre os quais os autores se debruçaram apenas para ressaltar a pouca ou nenhuma aderência que eles têm à área da Administração Pública.

CONCLUSÃO

Procurou-se, neste trabalho, apresentar o que vem sendo produzido na área de Administração Pública a partir de uma leitura da produção científica publicada nos anais dos EnAPGs, buscando entender o que essa produção revela do ponto de vista da sua pertinência, representatividade e contribuição para o desenvolvimento de pesquisas na área. A primeira motivação para a realização deste trabalho foi a constatação das fragilidades teóricas e conceituais deste campo e a necessidade de encontrar caminhos que possam auxiliar na construção de conhecimentos científicos cumulativos capazes de favorecer o seu desenvolvimento. A segunda, consequente da primeira, foi a necessidade de encontrar uma definição clara do que vem tratando essencialmente este campo, verificando se esses assuntos são indicadores de que essa produção caminha para ajudá-lo a assumir uma identidade própria, delineando qual seria essa identidade.

Se por um lado os resultados obtidos com este estudo, mostrando a variedade de assuntos abordados, têm o aspecto positivo de refletir o esforço da comunidade de pesquisadores em acompanhar e compreender as transformações em curso, por outro lado essa produção não parece se desenvolver de modo contínuo e sistemático sobre determinados conceitos, recortes teóricos ou objetos de pesquisa. A ausência de discussão e

aprofundamento teóricos mais efetivos e sistemáticos é preocupante, sobretudo em contraponto com o volume de artigos que são acolhidos pela área e que dela não fazem parte. Esses resultados parecem confirmar e justificar as motivações que deram origem a essa reflexão.

Esse dilema entre a variedade de estudos e a profundidade da reflexão teórica pode ter várias explicações, que partem da opção pela facilidade na elaboração do trabalho, passam pela pressão institucional provocada pelos índices, que exige urgência e volume de produção, e culminam, assim, na escolha de abordagens que apresentem menores exigências científicas e metodológicas. É um processo de simplificação e de comodismo que, no contexto atual, parece difícil de equacionar.

Se o que é apresentado e publicado nos anais dos EnAPGs reflete as tendências intelectuais dos autores da comunidade acadêmica brasileira, cabe ampliar o debate, verificando também como se comporta o campo no mundo, quais são os principais avanços, aprofundamentos e novos focos de estudo, de modo a se estimular alguma regularidade e sistematicidade dessa produção, para que se crie um sequenciamento de temas e abordagens por autores, com artigos que contenham solidez teórica, rigor metodológico e resultados passíveis de generalização. Ou seja, que permitam a produção de conhecimento de fato, no sentido estrito do termo.

Misoczky (2004), por exemplo, ao realizar um levantamento e uma discussão sobre aspectos teóricos da produção acadêmica em Administração Pública, faz menção a países nos quais as discussões teóricas têm amplo espaço nas publicações, destacando entre eles os Estados Unidos e o Reino Unido, onde os pesquisadores continuam desenvolvendo novas teorias para pensar a administração pública. Nessa mesma direção, pode-se acrescentar também o Canadá, país onde vários pesquisadores se concentram em desenvol-

ver e pensar novas formas de conceber a gestão pública em termos teóricos, tais como Mazouz, 2008, 2009; Proulx, 2008, 2009; Denis, Langley e Rouleau, 2008; Charih, 2006, para citar apenas alguns. As tendências e os achados de outros pesquisadores, em outros contextos fora do país, podem auxiliar não apenas esta reflexão, como também ajudar a reduzir o grau de autorreferenciamento das pesquisas em administração pública e da própria administração, apontado por diversos autores.

Enfim, esta primeira leitura da produção científica no campo da Administração Pública revela resumidamente que: a) a produção científica em administração pública acompanha ou se submete aos movimentos ocorridos no panorama público nacional, articulando-se com a história de formação do setor público brasileiro, ou seja, o desenvolvimento da produção científica da área é influenciado pelas agendas de governo; b) há uma preferência dos autores por temas que estão em moda; c) em geral os trabalhos apresentam apenas resultados empíricos com pouca ou nenhuma geração de novos conhecimentos específicos para o campo; d) as discussões de caráter teórico e metodológico mais aprofundado são escassas; e) grande parte dos autores têm concentrado suas pesquisas em conceitos que não são exclusivos da Administração Pública, mas com discussões elaboradas a partir de teorias desenvolvidas em outros campos; os autores utilizam as organizações públicas apenas como *locus* da pesquisa; f) essa produção não está retratando o campo na sua profundidade; g) a grande concentração dos trabalhos publicados está nos temas que tratam de políticas públicas e dos aspectos gerenciais das organizações governamentais. Esse é o retrato do que trata e de como se publica atualmente nessa área.

Várias outras indagações decorrem dessa leitura, mas ainda não serão tratadas no âmbito deste estudo. Sendo esta a primeira incursão nesse tema

de pesquisa com este enfoque, ainda é prematuro avançar com respostas às várias questões levantadas neste estudo, mesmo porque o trabalho não contempla todas as dimensões que poderiam ter sido abordadas a respeito dessa produção.

No entanto, duas observações merecem destaque para finalizar essa reflexão. A primeira observação consiste em questionar se se deve assumir e aceitar essa produção científica, publicada durante quase dez anos, como sendo as únicas possibilidades e as bases sobre as quais a administração pública pode se configurar em termos de campo na comunidade acadêmica brasileira. E a segunda observação consiste muito mais em uma provocação no sentido de se romper com a manutenção dessa inércia e estabelecer discussões, com maior profundidade, acerca das questões fundamentais sobre as quais esse campo deve se desenvolver na estruturação do conhecimento para a sociedade.

O desafio é ir mais além do que identificar as problemáticas tratadas e os temas desenvolvidos. Cabe dar continuidade a este estudo analisando e avaliando as tendências teórico-metodológicas que fundamentam as pesquisas desenvolvidas no país, apontando as dificuldades e as perspectivas para a formação e consolidação do campo científico da Administração Pública e ampliar este debate, descobrindo possibilidades e alternativas para a consolidação do campo nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- ANPAD. EnAPG 2004. *Anais*. Rio de Janeiro: Anpad, 2004.
- ANPAD. EnAPG 2006. *Anais*. Rio de Janeiro: Anpad, 2006.
- ANPAD. EnAPG 2008. *Anais*. Rio de Janeiro: Anpad, 2008.
- ANPAD. EnAPG 2010. *Anais*. Rio de Janeiro: Anpad, 2010.
- ARKADER, Rebecca. A pesquisa científica em gerência de operações no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 70-80, jan./abr. 2003.
- BERTERO, C. O. Produção científica ontem e hoje. Opinião. Anpad: <http://www.anpad.org.br/index_opinioao_opinioao.php?cod_informativo=2>, janeiro de 2004.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Introdução: produção científica em administração no Brasil. In: BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. (Coords.) *Produção científica em administração no Brasil*. O estado-da-arte. São Paulo: Atlas, 2005. p. 1-17.
- BOURGAULT, Jacques. Manager pour le public: introduction et vue d'ensemble. Dans: MINTZBERG, Henry; BOURGAULT, Jacques. *Manager en public*. Québec, CA: Institut d'Administration Publique du Canada, 2006. p. 1-9.
- CAMARGOS, M. A.; COUTINHO, E. S.; AMARAL, H. F. O perfil da área de Finanças do EnAnpad: um levantamento da produção científica e de suas tendências entre 2000-2004. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 29, 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: Anpad, 2005.
- CHARIH, Mohamed. La gestion supérieure dans le public: quelques observations. Dans: MINTZBERG, Henry; BOURGAULT, Jacques. *Manager en public*. Québec, CA: Institut d'Administration Publique du Canada, 2006. p. 145-155.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 4/2005, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.
- DENIS, Jean-Louis; LANGLEY, Ann; ROULEAU, Linda. Repenser le leadership dans les organisations publiques. Dans: MAZOUZ, Bachir. *Le métier de gestionnaire public à l'aube de la gestion par résultats: nouveaux rôles, nouvelles fonctions, nouveaux profils*. Québec, CA: Presses de l'Université du Québec, 2008. p. 207-236.
- FADUL, E.; MAC-ALLISTER DA SILVA, M. A.; SILVA, L. P. da. Ensaio explicações e explorando caminhos para o campo da administração pública. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 34, 2010, Brasília. *Anais...* Brasília: Anpad, 2010.
- HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João; ROSSONI, Luciano; FERREIRA JÚNIOR, Israel. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 2., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpad, 2006.
- HOPPEN, N.; LAPOINTE L.; MOREAU, E. Avaliação de artigos de pesquisa em sistemas de informação: proposta de um guia. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 11, Rio das Pedras. *Anais...* Rio das Pedras: Anpad, 1997.
- LEAL, R. P. C.; OLIVEIRA, J.; SOLURI, A. F. Perfil da pesquisa

em finanças no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 91-104, jan./mar. 2003.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; CUNHA, V. C.; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 14, 1990, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Anpad, 1990.

MAZOUZ, Bachir. Vers l'émergence du véritable gestionnaire public: de l'acte administratif à la performance managériale. Dans: MAZOUZ, Bachir. *Le métier de gestionnaire public à l'aube de la gestion par résultats: nouveaux rôles, nouvelles fonctions, nouveaux profils*. Québec, CA: Presses de l'Université du Québec, 2008.

MAZOUZ, Bachir; TARDIF, Marcel J. B. À propos de la performance. L'Arlésienne de la sphère publique. Dans: PROULX, Denis. *Management des organisations publiques*. Théorie et applications. 2. éd. Québec, CA: Presses de l'Université du Québec, 2009. p. 31-61.

MISOCZKY, M. C. Uma defesa da reflexão teórico-crítica na pesquisa e prática da administração pública. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 1, 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Anpad, 2004.

PERIN, M. G.; SAMPAIO, C. H.; FROEMMING, L. M. S.; LUCE, F. B. A pesquisa *survey* em artigos de marketing nos EnAnpads da década de 90. *Revista Interdisciplinar de Marketing – RIMAR*, Maringá, v.1, n.1, p. 44-59, jan./abr, 2002.

PROULX, Denis. Le gestionnaire public de demain et les valeurs qui supportent son action. Dans: MAZOUZ, Bachir. *Le métier de gestionnaire public à l'aube de la gestion par résultats: nouveaux rôles, nouvelles fonctions, nouveaux profils*. Québec, CA: Presses de l'Université du Québec, 2008.

PROULX, Denis. Les approches em management: la pertinence de traiter des approches em management. Dans: PROULX, Denis. *Management des organisations publiques*. Théorie et applications. 2. éd. Québec, CA: Presses de l'Université du Québec, 2009.

ROESCH, S. M. A. Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em administração no Brasil? In: BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. (Coords.). *Produção Científica em Administração no Brasil: o estado-da-arte*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 165-168.

SAMPAIO, C. H.; PERIN, M. G. Pesquisa científica da área de marketing: uma revisão histórica. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 179-202, abr./jun. 2006.

SILVA, L. P.; FADUL, E. A produção científica sobre cultura organizacional em organizações públicas no período de 1997 a 2007: um convite à reflexão. *Revista de Administração Contemporânea*, versão *online*, v. 14, n. 4, p. 651-669, jul./ago. 2010.

TONELLI, M. J.; CALDAS, Miguel P.; LACOMBE, Beatriz Maria Braga; TINOCO, Tatiana. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2003.